

Parâmetros da negociação podem mudar

por Cláudia Safatle
de Brasília



Ernane Galvêas

As condições de renegociação da dívida externa brasileira podem melhorar a partir do apoio político que os países em desenvolvimento buscam — e que se consolidará na reunião dos dias 14 e 15 próximos, provavelmente em Bogotá. Este é o entendimento do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que ontem se pronunciou pela primeira vez sobre a postura do Brasil e dos demais países que assinaram a nota conjunta de protesto no último dia 19. Indagado se os critérios e parâmetros da renegociação, que deve começar em setembro deste ano, com os bancos credores do País poderiam ser alterados com essa mobilização dos países devedores, o ministro respondeu: "Podem. Não sei quando nem em que espécie. É evidente que procurar uma consciência política, um apoio político para os países em desenvolvimento, vai na direção de conseguir abrir o comércio dos produtos de exportação, conseguir prazos de pagamentos da dívida mais dilatados e encargos menores".

Esta é a essência do problema. As especificações, ou seja, se o Brasil vai con-

seguir dez anos de prazo com cinco de carência ou qualquer outro parâmetro, "isto surge nas negociações". "Negociação, deixou bem claro, "se faz na mesa, com os banqueiros."

Nesse aspecto, Galvêas não vê conflitos entre a área econômica do governo e a tarefa que agora começa a desempenhar o Itamaraty. "Entre a negociação — a atitude pragmática — e a estratégia — que passa por um alto sentido político — vai uma boa diferença." Af estão delineadas as tarefas que cada área desempenhará e as notícias de desavenças são respondidas por Galvêas como uma tentativa "de criar tensões

dentro do governo" ou, como enfatizou, "essas coisas são no campo da provocação". E mais uma vez frisou: "Não há nenhum sentido de negociação" na reunião de Bogotá, mas apenas a busca de "um entendimento" entre os países signatários da nota conjunta.

Galvêas acredita que conta também com o apoio dos países industrializados no ataque ao que considera a essência do problema — o nível da taxa de juros internacionais — e vislumbra, da reunião dos sete grandes países industrializados, no dia 7 próximo, em Londres, uma manifestação de vontade política de resolver a situação, gerada por uma política de arrocho monetário do governo norte-americano.

ACORDO

Outra questão tem merecido atenção especial do governo brasileiro: a assinatura do acordo da Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Acompanhamos isso com interesse, mas mantendo a postura que sempre tivemos em relação à negociação de cada país: não interferimos, mas, quando necessário, cooperamos". Ontem venceu o prazo para o pagamento do empréstimo de US\$ 50 milhões que o

País fez à Argentina, numa ação conjunta com México, Venezuela, Colômbia e Estados Unidos. Até o final da tarde de ontem a Argentina não havia pago nem pedido, oficialmente, a prorrogação do prazo, que vencerá no final de abril e fora adiado para 31 de maio.

O ministro da Fazenda garante, entretanto, que, se a Argentina solicitar uma segunda prorrogação — o que é bastante provável, já que ainda não assinou o acordo com o FMI —, o Brasil está "preparado para adiar".

Galvêas assume uma postura de tranquilidade quanto ao pedido de moratória por quatro anos, declarado pela Bolívia na última quarta-feira. "Afim", ponderou, "a moratória da Bolívia representa apenas a oficialização de uma prática de suspensão dos pagamentos externos que vem adotando há um ano. Por este motivo, foi uma declaração sem maiores repercussões no meio financeiro internacional."

COMÉRCIO

O comércio do Brasil com a Bolívia, no o entender de Galvêas, não chegará a ser abalado, embora "ainda seja cedo para avaliar". E a parcela da dívida daquele país com o Brasil já foi até consolidada no

Banco Central. Por enquanto, o governo brasileiro não recebeu nenhum comunicado oficial da Bolívia e, garantiu Galvêas, ficou sabendo do pedido de moratória pelos jornais.

Indagado se o caminho trilhado pela Bolívia — a moratória — não seria uma solução também para o Brasil poder respirar por alguns anos, Galvêas resgatou as declarações que já fez por diversas vezes, ressaltando as particularidades de cada país, o mesmo argumento que é utilizado para a recusa da formação de um clube dos devedores ou qualquer coisa parecida, que enseje uma ação comum dos endividados.

O ministro descartou a possibilidade de renegociar com o FMI a meta de expansão da base monetária, fixada em 50% para este ano. "Acho que temos condições de cumpri-la e já en-

tramos no sexto mês do ano, atravessando a fase mais baixa de contenção monetária." Como, segundo ele, a distribuição da contração da oferta de moeda é mais pesada no primeiro semestre, "é a partir de agora que teremos algum alívio".

O ministro considera que a pressão das contas cambiais sobre a base monetária (emissão de moeda) não é um fator preocupante e — com a expectativa de crescimento das importações, devido à recuperação da atividade industrial — será possível gastar alguns dólares que se transformariam em cruzeiros, inundando o sistema de liquidez.

O 1º DRINQUE É NOSSO

Das 18 às 20 hs.

L'ULTIMO ROMÂNTICO PIANO BAR
Rue Avanhandava 40 Fone: 258-6523